

Excelência em projeções

Gustavo H. B. Franco

Causou certo frenesi nos mercados financeiros a edição mais recente do Relatório de Inflação, que trouxe novas projeções do BC para a inflação no ano de 2001, parecendo fazer perigar o cumprimento das metas de inflação. Passou despercebido que um cenário onde a Autoridade Monetária se aventura a veicular em março sua projeção para a inflação para o ano calendário, o que seria impensável nos anos anteriores a 1994.

Mas não se trata apenas de celebrar, mais uma vez, nosso alívio em viver num país onde a inflação está sob controle mas também o fato de o BC ter adquirido uma tecnologia de projeções macroeconômicas que não existia há poucos anos. O BC tinha, e ainda tem, um Departamento Econômico (DEPEC) cuja função histórica era a produção e compilação de estatísticas. Esta missão mudou com o passar do tempo, e um marco nesta direção foi a própria instituição do COPOM (Comitê de Política Monetária) que, à semelhança de outros comitês de outros bancos centrais mundo afora, passaria a decidir sobre a fixação da taxa de juros com base em análises produzidas pelo DEPEC, e também por alguns outros departamentos do BC. Subitamente, cada um desses departamentos tinha que produzir análises, além de estatísticas, apresentá-las e discuti-las no COPOM, e ver publicado, depois de algum tempo, o resumo das discussões. Era uma revolução cultural, e um desafio extraordinário para os funcionários do BC. Mas a cada nova reunião do COPOM, todavia, foi se aprimorando o conteúdo e a profundidade das estatísticas e das análises produzidas pelos departamentos. Mais recentemente foi criado um novo departamento, primordialmente a partir de técnicos do DEPEC, dedicado especificamente a estudos e pesquisas. Chama-se DEPEP.

Logo ficou claro, todavia, que a sabedoria “da casa” precisaria ser complementada para que o DEPEP pudesse produzir estudos e pesquisas no nível de excelência apropriado para informar as decisões do COPOM. O DEPEP contratou estudos de consultores, treinou pessoas e investiu pesadamente em seus quadros. Não deve ser o objetivo do DEPEP constituir uma equipe com excelência acadêmica comparável às dos melhores centros acadêmicos. Basta um grupo que traduza esta sabedoria, e a interprete para os membros do COPOM. Não se espera que o técnico do DEPEP produza pesquisa original em revista acadêmica em primeira linha em bases regulares, mas ele deve estar equipado para isso. O BC deve ter quadros que são capazes de acompanhar a produção acadêmica de fronteira nos temas relevantes para bancos centrais.

Com este propósito, uma das iniciativas mais polêmicas e corajosas do BC foi lançar um concurso público para contratação de técnicos para o DEPEP. Exigiu-se que os candidatos tivessem doutorado nas melhores

universidades do exterior, ou nas melhores do país, e que tivessem publicado pesquisa original em revista acadêmica de primeira linha aqui ou no exterior. Como qualquer empresa, a ideia era contratar os melhores nas especialidades relevantes para o BC. Todo o problema é que, em troca de todo este equipamento intelectual, o BC só era capaz de oferecer um salário de R\$ 2.700,00 (R\$ 3.500,00 após dois anos) para dedicação integral.

O concurso não deu muito certo, pois apenas um candidato foi selecionado, e ao que se sabe, não tomou posse. Ridículo, todavia, é achar que o concurso fracassou porque os termos do edital foram ideologicamente orientados. Bancos, empresas de consultoria e mesmo faculdades contratam profissionais com as qualificações fixadas pelo BC com certa facilidade se estão dispostos a pagar R\$ 10.000,00 mensais. É este o preço deste profissional que, infelizmente, a julgar pela experiência, o Banco Central do Brasil não consegue contratar pois está limitado pelas regras do Regime Jurídico Único do funcionalismo público.

Muita gente que não é do ramo acadêmico andou criticando o edital do BC por que deu-se mais pontos, na prova de títulos, ao Ph.D em economia e/ou administração de Harvard e Stanford do que a um Ph.D em qualquer universidade francesa, por exemplo. Um Ph.D no MIT, todavia, valia tanto quanto o doutorado nas universidades brasileiras com nota máxima dada pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior) órgão do Ministério da Educação, que avalia os centros de pós-graduação no Brasil com base em indicadores objetivos de desempenho acadêmico. Segundo estes critérios, um doutorado na PUC-Rio ou na USP, vale mais pontos que um obtido na UNICAMP, por exemplo, e isso não tem nada que ver com ideologia.

Da mesma forma, conta mais pontos para o candidato um trabalho, publicado na prestigiosa *American Economic Review*, e nas revistas acadêmicas brasileiras de primeira linha, do que num volume de ensaios publicado sem a participação de um comitê editorial independente. Coisas normais na academia, onde a meritocracia funciona sem constrangimentos e a excelência é algo fácil de se identificar. Não é fácil, todavia, trazer para o contexto de um concurso público definições de excelência que não sejam atacadas pelos preteridos.

Há, todavia, nos critérios do BC um outro fator a ponderar, além da excelência: o da especialidade. O BC precisa contratar economistas nas especialidades que lhe interessam. O BC entende precisa de economistas de formação convencional, com experiência em métodos quantitativos pois precisa de projeções macroeconômicas. Será difícil imaginar que o BC queira contratar economistas com especialização em economia marxista e história do pensamento econômico, basicamente porque não precisa de perspectivas críticas sobre a sociedade capitalista. Esses profissionais podem ser bons nas suas especialidades, mas não vão fazer boas projeções macroeconômicas e não vão ajudar o COPOM a decidir melhor.

Tudo isso considerado, o BC tem feito um esplêndido trabalho em melhorar suas tecnologias de projeção. Fazer bom uso destas, no âmbito do COPOM e da administração das expectativas, é outra conversa.